

A explosão do desemprego na França: amortecedor ou estimulante da mobilização dos desempregados?

Elaine Regina Aguiar Amorim*

Resumo

A “explosão” do desemprego anunciada pela imprensa francesa no início de 2009, em meio a um cenário em que eclodiram diversas mobilizações no país, parecia colocar novos desafios aos movimentos de desempregados, que durante os anos 2000 sofreram um significativo recuo. Frente a esse quadro, este texto tem como objetivo discutir o processo de flexibilização do regime do seguro-desemprego na França e, com base nessa discussão, as tentativas de mobilização dos movimentos de desempregados parisienses, reunidos no “Coletivo Por Novos Direitos”, durante o primeiro semestre de 2009.

Palavras-chave: movimentos de desempregados, desemprego, neoliberalismo, lutas sociais, flexibilização dos direitos trabalhistas.

Abstract

The “explosion” of the unemployment announced for the french press at the beginning of 2009, in a context where diverse mobilizations had appeared in the country, it placed new challenges to the movements of unemployed, that during the decade of 2000 had suffered a significant weakness. In this sense, this text has as objective to argue the process of deregulation of the regimen of the insurance-unemployment in France and, based on this discussion, the attempts of mobilization of the movements of unemployed of Paris, congregated in the “Collective for New Rights”, during the first semester of 2009.

Key Words: social movements of unemployed, unemployment, neoliberalism, social struggles, flexibility of labor rights.



* **ELAINE REGINA AGUIAR AMORIM** é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP.



Foto: Elaine Regina Aguiar Amorim

Da diminuição do emprego à flexibilização do regime do seguro-desemprego na França

“A cada dia, 3.000 mil desempregados a mais!” anunciava o título do suplemento

semanal do Jornal *L'Humanité* em abril de 2009 (HORVAT, 2009), confirmando as estimativas de um crescimento recorde do desemprego no país ao longo do ano, qual seja, um

acréscimo de aproximadamente 1 milhão de desempregados. Somente no mês de janeiro, a ANPE (Agência Nacional pelo Emprego), responsável por recolocar os trabalhadores no mercado de trabalho, registrou um aumento de 90.000 mil desempregados, indicando que mais de 3.000 mil pessoas haviam se cadastrado diariamente nesta agência em um único mês (GARGAUD, 2009). A título de comparação, em janeiro de 2008 havia 1,9 milhões de desempregados, se considerarmos a definição utilizada pelo Ministério do Emprego que considera como demandante de emprego aqueles que tenham trabalhado até 78 horas no mês anterior à pesquisa e procurem por um trabalho em tempo integral, com um contrato de duração indeterminada (CDI). Se consideramos as estimativas que incluem também os desempregados à procura de um trabalho em tempo parcial ou com duração determinada (CDD) e que tenham trabalhado mais de 78 horas, o número de desempregados aumenta substancialmente para 3,1 milhões (MAURIN & SAVIDAN, 2008)¹.

¹ A mensuração do desemprego na França é alvo de críticas devido às disparidades entre os resultados obtidos pelo INSEE e pela ANPE, que adotam metodologias e critérios distintos na definição do desemprego. Para o INSEE, cujos levantamentos são realizados sempre no mês de março, é preciso não ter exercido uma atividade com duração acima de uma hora na semana tomada como referência; estar disponível para começar a trabalhar nos próximos 15 dias e estar ativamente à procura de um trabalho. A mensuração da ANPE é realizada todos os meses com base no número de pessoas que se inscrevem na sua lista à procura de emprego. Estas pessoas, denominadas como “demandantes de emprego no fim do mês” (DEFM) são classificadas de acordo com 8 categorias diferentes, pois a inscrição pode ser feita mesmo por quem exerça uma atividade ou realize um trabalho por tempo determinado (CDD). A categoria 1 refere-se exclusivamente

Mas a descrição desses dados é insuficiente se quisermos compreender a sua relação com algumas mudanças ocorridas na sociedade francesa durante as últimas três décadas que repercutem atualmente sobre o conjunto dos trabalhadores e sobre a luta dos movimentos de desempregados.

A análise do significado desse aumento deve primeiramente historicizar a evolução do desemprego no país desde 1974, quando ela seguiu uma curva ascendente, colocando fim a uma situação que se poderia chamar de quase “pleno emprego”. No período denominado “Trinta Gloriosos” (1949-1974) a taxa de desemprego variava entre 2 e 3%, sendo que em 1949 correspondia a 1,2% e em 1974 a 2,5% (HUSSON, 2009; 1996)². A recessão dos anos de 1970 decorrente do término do sistema monetário de Bretton Woods (1971) e do choque do petróleo (1973) provocaram o início de uma crise do emprego cujos índices distanciaram-se progressivamente dos verificados naquele período.

Entre as explicações formuladas sobre esse aumento destacaram-se as interpretações liberais que atribuíam as causas do desemprego a uma “rigidez estrutural” presente, por exemplo, na regulação dos salários, nas proteções sociais e nos direitos trabalhistas (COUTROT & HUSSON, 2000). Pouco a pouco se forjou um discurso favorável ao fim dessa “rigidez” e à aplicação de um conjunto de medidas destinadas a

aos indivíduos considerados em situação de desemprego, isto é, que tenham realizado uma atividade de até 78 horas mensais, estejam em busca de um emprego com contrato de duração indeterminada (CDI) e imediatamente disponíveis.

² Os dados mencionados baseiam-se nas estatísticas produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE).

flexibilizar o mercado de trabalho e a reestruturar a economia. Embora a aplicação dessas medidas na França não tenha ocorrido com a mesma rapidez e intensidade verificadas em outros países capitalistas centrais e confronte-se, ainda hoje, às resistências dos setores organizados frente à generalização das políticas neoliberais para áreas até então preservadas (como a educação e a cultura), é interessante observar que os debates realizados no país no final da década de 1970 em torno das políticas de emprego e das proteções sociais dos desempregados sinalizavam as orientações neoliberais que se concretizariam nos anos seguintes na política econômica. Aqui destacaremos brevemente como estas orientações repercutiram sobre o desemprego e o seu tratamento social.

No pós-guerra a França desenvolveu um sólido sistema de proteção social e, em 1958, constituiu pela primeira vez um regime obrigatório de seguro-desemprego. Durante duas décadas este regime obteve melhorias contínuas na duração e no montante da indenização, e incorporou medidas complementares voltadas para os trabalhadores mais velhos, com maiores dificuldades de reinserção. Tais avanços procuravam adaptar o funcionamento do seguro às mudanças conjunturais e respondiam também a pressões sociais. Contudo, em um curto período, entre 1979 e 1984, as reformas realizadas no seguro romperam com uma das suas principais perspectivas, isto é, ser um mecanismo ativo a serviço do emprego e favorecer por meio da indenização a mobilidade da força de trabalho nos períodos de transição entre dois empregos (DANIEL & TUCHSZIRER, 1999). Com isso, a interpretação liberal da crise do emprego na década de 1970 estendeu-se à forma pela qual a situação de desemprego passou a ser tratada

posteriormente: se até 1982 a duração do seguro-desemprego era igual para todos trabalhadores (exceto aqueles com mais de 50 anos cujo direito estendia-se por um tempo maior), a partir desse ano ela passou a depender do tempo de contribuição com a criação das modalidades de indenização; em 1984, sob a pressão do patronato, separaram-se os dois tipos de indenização que formavam o regime, isto é, o seguro-desemprego convencional e a ajuda pública denominada como prestação de solidariedade; enquanto a primeira indenização era mantida pelas cotizações patronais e salariais a segunda mantinha-se por meio dos impostos arrecadados pelo Estado, por isso seu valor era prefixado, regressivo ao longo do tempo, dependente dos recursos disponíveis e destinado especialmente aos desempregados cujo seguro não alcançava uma renda satisfatória. A separação pôs fim à possibilidade de acúmulo das duas indenizações e os desempregados com pouco tempo de contribuição passaram a depender cada vez mais da ajuda pública do Estado.

A ruptura que essas medidas aplicadas em 1982 e 1984 representaram para o regime foi acompanhada oito anos mais tarde pela implantação da Prestação Única Regressiva (AUD), que provocou um enrijecimento dos critérios de acesso ao seguro, a redução da sua duração e a regressão da prestação. Com o objetivo de reduzir o número de beneficiados e as prestações asseguradas tais medidas seguiam na contramão dos princípios que nortearam o funcionamento do regime até o final dos anos de 1970, qual seja, ampliar e garantir a proteção dos trabalhadores atingidos pelo desemprego.

Posteriormente as medidas implantadas seguiram orientações semelhantes no

sentido de coagir os desempregados protegidos a procurar um emprego, a fim de que saíssem mais rápido do regime. Para tanto, os assegurados passaram a ser convocados com mais frequência pelos órgãos responsáveis pelo acompanhamento dos seus procedimentos na busca por um emprego. Ao longo dos anos 2000 as sanções contra aqueles que não comprovavam estar empenhados efetivamente nessa busca aumentaram, como por exemplo, as suspensões

temporárias ou definitivas do recebimento da prestação do seguro. Além dos objetivos já apontados no que diz respeito à mudança de orientação na gestão do regime do seguro-desemprego, essas sanções explicitavam uma visão do desempregado como responsável e culpado pela sua situação (DETHYRE, 1999) como se o desemprego fosse um problema do indivíduo que, ademais, onera o Estado ao recorrer aos mecanismos de proteção social.



Foto: Elaine Regina Aguiar Amorim

A mais recente alteração nas regras de funcionamento do regime do seguro-desemprego ocorreu em janeiro de 2009. A partir desse ano a duração das prestações foi igualada ao tempo de contribuição, desde que não ultrapasse a duração máxima de 24 meses para pessoas com menos de 50 anos e de 36 meses para aquelas acima desta idade. Uma análise rápida desses dados pode

levar à conclusão da efetiva proteção garantida pelo regime francês, tendo em vista a possibilidade do recebimento durante dois anos do benefício. A despeito da importância dessa duração – se comparada a de outros países –, é preciso perceber o caráter seletivo e a regressão que caracterizaram esse regime nas últimas décadas.

Observando as alterações realizadas ao longo dos anos é possível observar que o caráter protecionista do regime reduziu-se e dificultou justamente o acesso dos trabalhadores mais expostos aos riscos do mercado de trabalho, como é o caso daqueles submetidos aos contratos com duração determinada (CDD), que têm maiores dificuldades para completar o período de cotização exigido e não gozam dos mesmos direitos existentes nos contratos com duração indeterminada (CDI). Esta e outras formas de trabalho difundiram-se a partir dos anos de 1980 com a introdução na legislação trabalhista das novas formas de contratação e corresponderam ao tipo de “emprego” criado nas últimas três décadas. Entre esses trabalhos destacam-se os temporários (CDD, interinos, contratos “subvencionados”) e em tempo parcial, designados como “atípicos” ou “precários”³ – termo que se inscreveu no debate político e na denominação de movimentos sociais.

Portanto, ao mesmo tempo em que houve nesse contexto uma flexibilização dos direitos trabalhistas e a difusão de novas formas de contratação, o desemprego atingiu 9% em 1985 e alcançou o ápice de 12,4% em 1994 (HUSSON, 2009); já nos anos 2000, apesar das quedas temporárias, sofreu oscilações entre 7 a 10%, sobretudo depois da crise de 2008. Em

contraposição, essas décadas presenciaram a formação de movimentos sociais voltados diretamente para a organização e mobilização dos desempregados e trabalhadores “precários”. Apesar dos registros de mobilização dos desempregados em outros momentos da história francesa, a particularidade das principais experiências desenvolvidas a partir dos anos de 1980 é o fato de perdurarem até hoje, desempenhando um papel importante no campo das lutas sociais francesas. A trajetória e os dilemas presentes nas iniciativas de mobilização colocadas em prática no primeiro semestre de 2009 serão discutidos, então, no próximo item.

Os movimentos de desempregados franceses: da sua origem às mobilizações mais recentes

A origem dos movimentos de desempregados na França a partir da segunda metade da década de 1980 está relacionada não apenas com o aumento do desemprego no país, mas também com as dificuldades de acesso aos direitos garantidos pela legislação aos desempregados. Nesse período e, sobretudo posteriormente, a luta pela preservação e pelo cumprimento desses direitos, como também pela aplicação de políticas favoráveis à geração de emprego e de renda para grupos com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho (jovens, mulheres, desempregados de longa duração) tornou-se cada vez mais emergencial.

Os três principais movimentos de desempregados franceses⁴ surgiram

³ A noção “precariedade” surgiu vinculada à temática da “pobreza” discutida no final dos anos de 1970 e, posteriormente, esteve associada às discussões sobre a “exclusão” e mais recentemente sobre a “nova pobreza”. Considerada uma noção imprecisa e vaga por alguns autores (BARBIER, 2006) ela é utilizada para designar o desenvolvimento de formas de emprego consideradas atípicas em relação ao contrato de duração indeterminada (CDI), mas também para descrever como essas formas se difundiram e atingiram a situação dos trabalhadores (AVENEL & THIBAUT, 2006).

⁴ Privilegiaremos nessa discussão as ações dos movimentos de desempregados, por isso não discutiremos neste texto as experiências sindicais de organização dos desempregados, das quais a principal e existente ainda hoje é a da CGT (Confederação Geral do Trabalho), que em 1978 criou pela primeira vez o “Comité

entre 1986 e 1993, a partir de diferentes iniciativas de militantes sindicais ou políticos, que em grande parte não eram desempregados: o MNCP (Movimento Nacional de Desempregados e Precários) em 1986, apoiado por Maurice Pagat, fundador do Sindicato dos Desempregados; a APEIS (Associação pelo Emprego, Informação e Solidariedade aos Desempregados e Trabalhadores Precários) em 1987, respaldada financeiramente pelo Partido Comunista Francês (PCF) e a AC! (Agir juntos contra o desemprego!), em 1993, criada por militantes políticos e sindicalistas (entre estes muitos dissidentes da Confederação Francesa Democrática do Trabalho), recebendo o apoio de renomados intelectuais franceses, signatários de sua carta de princípios.

Outra especificidade dessas organizações refere-se às reivindicações apresentadas originalmente. Apesar da demanda por geração de emprego aparecer como um objetivo comum, a AC! parece ter sido a única a desenvolver ações específicas e mais incisivas exigindo a criação de postos de trabalho, além de ter convidado intelectuais para debater as possíveis alternativas nos livros que publicou sobre esse e outros temas (COHEN, 2003). Enquanto as reivindicações do MNCP visavam garantir serviços específicos e necessidades básicas dos membros participantes das “*maisons des chômeurs*” [casas de desempregados],

Nacional CGT de luta e de defesa dos desempregados”. Outras iniciativas colocadas em prática pela CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho), pela CFTC (Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos) e pelo Sindicato dos Desempregados (que, apesar do nome, não teve uma estrutura e atuação semelhantes a de um sindicato), não perduraram, mas influenciaram os militantes envolvidos na criação de alguns movimentos, como o MNCP e a AC!.

organizadas com base na experiência do Sindicato dos Desempregados com o objetivo de proporcionar o encontro e a diminuição do isolamento entre esses trabalhadores (DEMAZIÈRE & PIGNONI, 1998). Já a APEIS apresentava como principais reivindicações o cumprimento dos direitos dos desempregados pela ASSEDIC (Associação pelo Emprego na Indústria e no Comércio) e a possibilidade destes terem uma representação associativa no interior deste órgão - responsável pela concessão do seguro-desemprego-, já que enfrentavam inúmeras dificuldades no acesso aos direitos garantidos por lei (BOURNEAU & MARTÍN, 1993). Aqui se evidencia um aspecto importante das mobilizações realizadas pela APEIS, porque além de outros objetivos ela reivindicava a preservação e a garantia de direitos já existentes e conquistados historicamente pelo conjunto dos trabalhadores para aqueles não mais inseridos no mercado de trabalho; nas décadas seguintes a luta da APEIS e das outras organizações direcionaram-se, cada vez mais, contra o desmantelamento das políticas de proteção social e o enrijecimento do acesso ao seguro-desemprego.

Com o surgimento desses movimentos e com as marchas realizadas pela AC! por todo o país em 1994, a luta por emprego ganhou pouco a pouco maior expressividade nacional e conseguiu se estender para outros países através da influência da AC! na organização das marchas européias, que mobilizaram mais de 300 mil pessoas em Amsterdam (1997) e em Colônia (1999) (AGUITON, 2002). Mas o momento de maior expressão dessas lutas foi no inverno de 1997-1998, quando AC!, APEIS, MNCP e os comitês de desempregados da CGT mobilizaram-se conjuntamente, atraindo a opinião

pública para as suas reivindicações, entre as quais se destacavam a reativação de um fundo especial que havia sido suprimido e era destinado aos desempregados em situações emergenciais, como também a fusão entre o seguro convencional e as prestações de solidariedade, separados em 1984. O governo, ao cabo de várias semanas de manifestações e conflitos, recebeu pela primeira vez os representantes das organizações e criou um novo fundo de urgência social, destinando um bilhão de francos para o mesmo (aproximadamente 150 milhões de euros) e, em contrapartida, manteve a separação do seguro-desemprego e das prestações sociais.

De certo modo, os movimentos envolvidos nos conflitos do inverno de 1997-1998 obtiveram alguns resultados, como o reconhecimento do governo enquanto representantes dos desempregados, contudo, em seguida perderam sua visibilidade pública (MAURER & PIERRU, 2001) e sofreram um forte recuo no decorrer dos anos 2000. Segundo a análise de Evelyne Perrin (2009), uma das principais lideranças da AC!:

“Um dos freios para a luta de uma indenização correta do desemprego e dos trabalhos precários encontra-se na fragilidade dos movimentos de desempregados, que após ter atingido um pico histórico de mobilização no inverno de 1997-98, chocaram-se com a ausência de resposta do poder - então socialista -, com a ausência de reconhecimento do patronato e com a indiferença da maior parte dos sindicatos frente aos desempregados (...)” (PERRIN, 2009)

Em alguns casos, como os comitês locais da AC! de Paris, houve um significativo esvaziamento, a ponto de

alguns deles, conhecidos pela sua intensa mobilização na década de 1990, contarem no início de 2009 somente com a participação de suas antigas lideranças. Se na última década os movimentos sociais sofreram impactos negativos devido à intensificação do processo de privatização e das reformas consecutivas no sistema de proteção social, os movimentos de desempregados enfrentaram, ao mesmo tempo, outras dificuldades: o envelhecimento dos seus membros e a incapacidade de atrair para a sua base os jovens desempregados, tidos como os mais atingidos pelo desemprego e pelas formas de trabalho consideradas precárias.



Foto: Elaine Regina Aguiar Amorim

Sinais dessas dificuldades apareceram nas manifestações e encontros realizados no primeiro semestre de 2009. Interpelados pelas consequências do crescimento alarmante do desemprego após a crise de 2008, os movimentos de desempregados realizaram manifestações pontuais e outras iniciativas, como o encontro

États Généraux du Chômage et de la Précarité [Estados Gerais do Desemprego e da Precariedade – 16-17 maio], organizado em conjunto com as organizações que integram o “Coletivo por Novos Direitos” (como a Marcha Européia, sindicatos, movimentos dos sem teto, sem-documentos, entre outros)⁵. Compareceram neste encontro cerca de 200 participantes, entre os quais, aproximadamente, 16 identificaram-se como desempregados e 20 como “precários”. Neste caso, a presença pouco expressiva dos desempregados pode ser explicada pelo fato do encontro ter reunido especialmente lideranças, mas situação semelhante ocorreu em outra ocasião, como na “Assembléia Geral dos Desempregados e Precários” (17/06/09), na qual a participação foi proporcionalmente ainda menor.

Apesar dos obstáculos enfrentados, os movimentos não se encontram inertes frente aos problemas que recaem sobre o seu público alvo, e um bom exemplo disso foi esse encontro, que ao final elaborou uma declaração comum com as reivindicações aprovadas e uma agenda de luta, que incluía manifestações locais (como a realizada em 3 de junho e designada ironicamente “Ação contra a gripe precária”) e a organização de marchas contra o desemprego (como as realizadas durante a década de 1990) em várias cidades do país durante o segundo semestre. Essas ações seriam orientadas pelas seguintes demandas:

“(...) aplicação de um estatuto de vida social e profissional capaz de assegurar a todos, com ou sem emprego, uma renda decente; uma legislação social que assegure a paralisação das demissões; um

plano de criação de empregos socialmente úteis e ecologicamente sustentáveis, notadamente nos serviços públicos, assim como uma redução massiva do tempo de trabalho; o direito à moradia e a regularização de todos trabalhadores sem-documentos, sem exceção” (AC!, 2009: 1).

Na conferência intitulada “As alternativas à precariedade e ao desemprego”, um dos momentos importantes do encontro, trouxe à tona alguns dos desafios presentes na ação dos movimentos de desempregados ao discutir como articular uma luta por questões emergenciais e “utópicas”. Além das proposições para a geração de emprego discutida por alguns especialistas, a defesa feita por Claire Villiers⁶ (fundadora e ex-liderança da AC!) sobre a necessidade de um projeto político e de uma ação conjunta entre essas organizações e os sindicatos repercutiu no público presente e tocou no que parece ser uma das lacunas que se somam aos desafios enfrentados por esses movimentos. Em sua exposição, Villiers ressaltou essa articulação e a elaboração de um projeto político como instrumentos necessários na luta contra o neoliberalismo:

“Há uma dialética entre a urgência e a utopia, é preciso dar respostas às questões de urgência para voltar a dar confiança, mas é preciso inscrevê-las em um projeto estratégico mais global. Um outro mundo é necessário, é preciso trabalhar para torná-lo possível, e hoje a batalha ideológica é essencial. É necessário que acabem as divisões. Organizemos fóruns sociais locais, nos reencontremos, acabemos com a hierarquia entre o

⁵ O MNCP, embora integre este Coletivo, recusou-se a participar deste Encontro.

⁶ Claire Villiers participou como conferencista juntamente com Michel Husson, Thomas Coutrot, Pierre Cours-Salies e Pierre Larrouturnou.

social, o sindical e o político, nós produzimos tudo o que é político nos diferentes papéis. Quando somos confrontados às questões de urgência, podemos discutir sobre o que é um problema para nós, mas é preciso agir juntos. As categorias populares têm necessidade de segurança para construir solidariedades. Não queremos mais viver sobre a fécula dos acionistas” (COLLECTIF DROITS NOUVEAUX, 2009: 5).

Frente à dificuldade de mobilização, organizações como a APEIS e a AC! realizam há muito tempo ações conjuntas com outros movimentos sociais. Tal estratégia busca agregar forças políticas, mas representa também uma forma de contato com outros trabalhadores em situações de trabalho precárias, com jovens e, no limite, com desempregados engajados em outras causas, pois um dos grandes problemas enfrentados pelos movimentos de desempregados e que se acentuou mais recentemente é o acesso com aqueles que deveriam compor sua base social. A reativação da capacidade organizativa parece se esbarrar às formas de ação e aproximação junto aos desempregados, circunscritas muitas vezes ao atendimento daqueles que procuram individualmente os comitês locais das associações mencionadas. Disto resulta o caráter estratégico da realização de ações conjuntas. Mas se estas tendem a ocorrer com diversas organizações, algumas inclusive engajadas em causas específicas, o mesmo não ocorre com a maior parte das organizações sindicais. Daí a importância da exposição de Villiers ao enfatizar a necessidade da construção de uma unidade política como contra-ofensiva ao neoliberalismo e aos seus efeitos sobre as classes trabalhadoras. Afinal, como enfrentar as clivagens e concorrências entre os trabalhadores acentuadas com as

políticas neoliberais? Como construir uma resistência ao sistemático ataque aos direitos sociais e trabalhistas que busca contrapor funcionários públicos, trabalhadores do setor privado, desempregados, imigrantes, mulheres e jovens uns contra os outros? As respostas para estas questões não são simples. Elas exigem o enfrentamento de desafios ainda maiores relacionados às estratégias de ação, à articulação de uma luta unificada e ao projeto que esses movimentos sociais e sindicais desejam construir em contraposição aos impactos da crise econômica atual, mas, sobretudo, a favor da conformação de uma nova correlação de forças que reverta o domínio do neoliberalismo no campo político e ideológico.

É difícil prever os efeitos da recente crise financeira sobre as mobilizações das organizações de desempregados por se tratar de um processo ainda em curso, não obstante, as mobilizações e discussões realizadas no primeiro semestre de 2009 demonstraram que, apesar do forte recuo sofrido por esses movimentos, eles têm um importante papel a desempenhar.

Referências:

- AC!, Partout, des mobilisations contre le chômage, les précarités et les licenciements, culminant le 5 décembre 2009. Disponível em : <http://www.pourdesdroitsnouveaux.org> Acesso em 05/02/2010.
- AGUITON, C. **O mundo nos pertence**. São Paulo: Viramundo, 2002. 222p.
- AVENEL, C.; THIBAUT, F. Précarités et insécurité sociale. **Problèmes politiques et sociaux**. Paris: La Documentation Française, n. 921, février, 2006.
- BARBIER, J. La précarité: une notion aux contours de plus en plus flous. **Problèmes politiques et sociaux**. Paris: La Documentation Française, n. 921, p. 15-17, 2006.
- BOURNEAU, F.; MARTÍN, V. Organiser les sans emploi? L'expérience de l'APEIS dans le

Val-de-Marne. In: FILLIEULE, O. (Org.) **Sociologie de la Protestation**. Les formes de l'action collective dans la France contemporaine. Paris: L'Harmattan, 1993. p. 156 - 180.

COHEN, V. Chômage et mobilisation collective: Processus de formation et tentative d'affirmation d'une force contestaire. 2003. 355p. Thèse de doctorat de sociologie, Université de Paris X, Nanterre.

COLLECTIF DROITS NOUVEAUX. Synthèse des États Généraux du Chômage et de la Précarité. 16-17 mai, 2009.

DEMAZIÈRE, D.; PIGNONI, M. **Chômeurs**: du silence à la révolte. Paris: Hachette Littératures, 1998.

DANIEL, C.; TUCHSZIRER. **L'Etat face aux chômeurs**. L'indemnisation du chômage de 1884 à nos jours. Paris: Flammarion, 1999.

DETHYRE, Richard. Chômeurs en mouvement et statut des problèmes sociaux. In: VAKALOULIS, Michel. (org.) **Travail salarié et conflit social**. Paris: PUF, 1999. pp. 63 – 78.

GARGAU, F. Chaque jour, 3.000 chômeurs de plus! **Revue HD**. 16 au 22 avril, 2009.

HORVAT, B. Un million de chômeurs en plus en 2009? **Libération**, 15 mai, 2009.

HUSSON, M. Soixante ans d'emploi. In: HUSSON, Michel. *La France du Travail*. Paris: L'Atelier/IRES, 2009.

HUSSON, M.; COUTROT, T. Emploi: quelle alternative aux impasses du social-libéralisme? In: FONDATION COPERNIC. *Diagnostics pour sortir du libéralisme*. Paris: Syllepse, 2000.

HUSSON, M. **Misère du capital**. Paris : Syros, 1996. Disponível em: <http://hussonet.free.fr/ouvrages.htm> Acesso em 11/03/10.

MAURER, S.; PIERRU, E. Le mouvement des chômeurs de l'hiver 1997-1998. Retour sur un «miracle social». **Revue Française de science politique**, vol. 51, n° 3, juin, p. 371-407, 2001.

MURIN, L.; SAVIDAN, P. **L'État des inégalités en France**. Paris : Belin, 2008.

PÉLÉRAUX, H.; PLANE, M. Le tissu productif français. In: OFCE. *L'économie française 2009*. Paris: La Découverte, 2009. p.61-75.

PERRIN, E. Les briques de notre maison commune. Texto disponível no site: <http://www.npa2009.org> . Acesso em 11/03/10.